

Elissandro Trindade de Santana

Mestre, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

etsantana@yahoo.com.br

Shanti Nitya Marengo

Doutorando, Universidade Federal da Bahia (UFBA)

smarengo@gmail.com

A Universidade Federal do Recôncavo como política de desenvolvimento regional no espaço intraurbano de Santo Antônio de Jesus

Resumo

Este artigo discute os efeitos da implantação do campus da Universidade Federal do Recôncavo (UFRB) em Santo Antônio de Jesus-BA. Para tanto, utilizou-se a bibliografia pertinente e material iconográfico. Teoricamente, foi usada uma perspectiva multiescalar, analisando o desenvolvimento de Santo Antônio de Jesus no contexto de sua região, o Recôncavo. Demonstrou-se como Santo Antônio de Jesus tem sua evolução associada a essa região. Paralelamente, mostrou-se como a ação hegemônica se cumpre fragmentadora ao longo de diversos momentos, sempre relacionados a uma pretensa modernização da região. Também se discutiu a implantação da UFRB como um projeto de desenvolvimento regional e se analisaram os reflexos de sua implantação no espaço intraurbano de Santo Antônio de Jesus. Verificou-se a fragmentação intensificada do espaço intraurbano gerado, também, a partir de uma ação hegemônica que se realiza desigual e estimula o surgimento de novas dinâmicas. Graças à UFRB apareceu uma população imigrante, com características específicas, e surgiram novos espaços, alguns deles autosssegados, ampliando o número de enclaves residenciais. Problematizaram-se as possíveis novas dinâmicas que derivam desse estado de coisas e suas possíveis consequências, visto que o processo em análise ainda não se consumou.

Palavras-chave: Santo Antônio de Jesus, região, universidade, espaço intraurbano.

Abstract

THE FEDERAL UNIVERSITY OF THE RECÔNCAVO LIKE REGIONAL DEVELOPMENT POLICY IN THE INTRA-URBAN SPACE OF SANTO ANTÔNIO DE JESUS

This article discusses the consequences of building the campus of the University of Recôncavo (UFRB) in Santo Antonio de Jesus, Bahia. Thus, the relevant literature and iconographic material were used. Theoretically a multi-scale perspective was taken, examining the development of Santo Antonio de Jesus in the context of its region, the Recôncavo. It was demonstrated how Santo Antonio de Jesus has its evolution associated with this region. In parallel it was showed how a fragmenting hegemonic power is accomplished over several times, always related to an alleged modernization of the region. It was also discussed the deployment of UFRB as a regional development project and analyzed the consequences of their deployment in intra-urban space of Santo Antonio de Jesus. It was verified the intensified fragmentation of the space generated intra-urban also a hegemonic action that takes place unevenly and encourages the emergence of new dynamics in the interior. Thank UFRB an immigrant population with specific characteristics has appeared, and new areas have emerged, some of them self-segregated, expanding the number of residential enclaves. The possible new dynamics that derive from this state of things were questioned, and its possible consequences, since the process under analysis is not yet consummated.

Key-words: Santo Antônio de Jesus, region, university, intraurban space.

1. O Recôncavo e Santo Antônio de Jesus

Este artigo se propõe a analisar as consequências do estabelecimento de uma universidade federal – a Universidade Federal do Recôncavo Baiano, criada em 2005 – no município de Santo Antônio de Jesus. Essa análise, uma vez que se concebeu o espaço como uma totalidade concreta e dialética (SANTOS, 2006), não poderia se abster de observar o contexto desse processo, que é senão um momento de realização da totalidade, um evento, concretizando-se, constituído de uma infinidade de outros eventos, dos quais serão selecionados alguns, que se julgou possuírem efeito explicativo.

Para começar, localizou-se Santo Antônio de Jesus na Bahia, no Recôncavo Baiano, mais precisamente. Uma precisão necessária, uma vez que esse fato – localizar-se no Recôncavo – guarda um “peso” histórico, o qual não é gratuito, já que se pode acompanhar a construção desta região no decurso da história.

Pedrão reconhece a região Recôncavo e explica sua coerência. Para esse autor, a “região foi criada pelos interesses de capital mercantil já internacionalizado em busca de meios materiais para expandir-se” (PEDRÃO, 2007, p. 9). Há quatrocentos anos, no período colonial, o que dava coerência ao Recôncavo, caracterizando-o como região, era sua função. O Recôncavo fornecia produtos e comportava uma configuração voltada para necessidades exógenas, de além-mar. O Recôncavo era o que Andrade (1970) poderia denominar de região espontânea e dominada, por seu teor de “desorganização”, uma vez que apresentava “descontinuidade de áreas habitadas” e continha zonas economicamente produtivas, cuja vida econômica era dependente da dinâmica do mercado externo. As atividades produtivas realizadas naquele período, assim como o básico daquela configuração territorial, permaneceram durante todo o período colonial, com poucas modificações. É essa configuração extravertida que tornará o Recôncavo suscetível às flutuações do mercado internacional desde sempre. “A região sofreu sempre as consequências da exclusão da maior parte de sua população [...] e da falta de solidariedade local de sua classe dominante. A relação com o exterior foi o elemento unificador da região” (PEDRÃO, 2007, p. 10).

É a partir de meados do século XIX, quando o fornecimento de mão de obra escrava, responsável pela manutenção do modelo vigente, torna-se irregular e escasso, que se pode ver o modelo de produção do Recôncavo enfrentar sua primeira crise significativa e reestruturar-se a fim de enfrentá-la. Reestruturação que não conhece o Recôncavo como um todo, mas apenas alguns de seus subespaços, afinal o Recôncavo não se constituía homogêneo. Havia áreas da região que não se dedicavam à produção canavieira, sujeita a crises cíclicas em virtude de sua dependência do mercado externo. Nos tabuleiros, além do fumo, desde os séculos XVII e XVIII cultivaram também mandioca e criaram gado bovino que, no caso, foram atividades voltadas para o mercado interno, as quais abasteceram de alimentos as cidades canavieiras, como Santo Amaro, São Félix e Cachoeira, e abasteceram, também, aquelas pessoas que se dirigiam para o Sertão baiano com o objetivo de colonizá-lo. É em uma área de tabuleiro, com essa diversificação produtiva, que foi fundado o município de Santo Antônio de Jesus, em 1880, enquanto se desenvolvia uma nova fase do processo de ocupação do Recôncavo (PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS, 2002).

Pedrão observa – e isso é importante para se evitar uma simplificação da estrutura produtiva da região – que paralelamente às culturas voltadas para exportação sempre houve a atividade extrativista. No período de decadência dessas culturas a atividade extrativista permaneceu, e não de forma residual nem restrita aos segmentos mais pobres da população, como observa Pedrão: “pelo contrário, sempre foi um componente não declarado fundamental para viabilizar a produção de mercadorias exportáveis e inclusive trouxe uma grande parte de mercadorias” (2007, p. 13).

Segundo o plano diretor do município (2002), a diversificação produtiva das cidades e vilas localizadas nas áreas de tabuleiro, como Santo Antônio de Jesus, lhes propiciou uma maior resistência às crises cíclicas das atividades agrícolas voltadas para exportação, ao contrário das outras cidades que se dedicavam às *plantations*.

Nos séculos XVIII, XIX e XX diversos fatores contribuíram para uma reestruturação urbana e regional do Recôncavo canavieiro e fumageiro. Destes fatores, se pode destacar os transportes, que sempre “acompanharam de perto”, quando não contribuíam diretamente para, a reestruturação regional do Recôncavo. Por exemplo, na época de sua implantação a rede ferroviária acelerou a circulação de pessoas e dos produtos agrícolas, o que possibilitou uma maior integração regional, assim como o aparecimento de novas cidades. O próprio surgimento de Santo Antônio de Jesus e seu posterior desenvolvimento, fundado no comércio e nos serviços, são decorrentes da implantação da ferrovia.

A estrada de ferro *Tram Road* possibilitou que Santo Antônio de Jesus se tornasse, ainda no século XIX, um entreposto comercial significativo, pois saía de Nazaré, passando por Santo Antônio de Jesus, e se dirigia para Castro Alves, Cruz das Almas, São Félix, Cachoeira, São Roque e Salvador. Com a inserção dessa ferrovia, Santo Antônio de Jesus experimentou um grande desenvolvimento com novas casas comerciais e de serviços voltados para a população que passava pela cidade.

Ainda assim, na primeira metade do século XX, a cidade de Cachoeira, segundo Santos (1959), ocupava a 5^a posição na estrutura hierárquica da rede urbana do Recôncavo e era considerada uma capital sub-regional, enquanto Santo Antônio de Jesus ocupava apenas a 7^a posição e era considerada um centro local.

Pedrão descreve o processo de decadência do Recôncavo marcado por momentos, os quais possibilitam que seja utilizado o termo fase para se fazer referência a períodos diferenciados do processo de declínio da região, ainda que o autor não aponte explicitamente estas fases. Chama-se atenção à fase marcada – de acordo com o autor – pela vinda da Petrobras para o Recôncavo, no pós-Segunda Guerra, quando a região passava por reestruturações devidas às recorrentes crises econômicas causadas pela estagnação da produção de cana e fumo. A classe dirigente brasileira estava engajada no processo de constituição de uma sociedade urbano-industrial integrada por rodovias, um projeto que se intensificou durante o governo de Juscelino Kubitschek e a partir dele. Era a expansão do meio técnico-científico no Brasil e na Bahia.

Algumas observações quanto a esse processo de modernização no Recôncavo, em específico, devem ser feitas. A instalação da Petrobras na década de 1950, a desvalorização do açúcar e do fumo no comércio internacional mais a reestruturação viária – com a construção da BR101, particularmente, e da BR 116, que deixaram as ferrovias em segundo plano, mais a desativação do porto São Roque-Paraguaçu – causaram o declínio de núcleos urbanos tradicionais da região, baseados nas atividades comerciais mais simplificadas, no fluxo de mercadorias entre o sertão e o litoral baiano e na produção agrícola. Esses núcleos tradicionais, Cachoeira e Santo Amaro entre eles, se tornaram centros repulsores de população, ao mesmo tempo em que ocorria a ascensão de outros núcleos vinculados aos novos sistemas de transporte que ligavam a Região Centro-Sul do Brasil ao Nordeste. Pedrão é mais específico e explica como Cachoeira, “que sempre fora a porta de entrada para o sertão através do vale do Rio Paraguaçu, cedeu lugar a Santo Antônio de Jesus, onde se iniciou o plano de transporte rodoviário” (2007, p. 15).

O asfaltamento da BR 101 na década de 1970 potencializou o fluxo dos produtos industrializados da região Centro-Sul para a Região Nordeste, e, no sentido inverso, foi responsável pelo deslocamento de muitos migrantes em busca de trabalho. A região do Recôncavo, por anos depois de iniciada a exploração do petróleo, caracterizou-se por ser uma zona repulsora de população, talvez porque essa população não encontrasse oportunidades para se realizar como economicamente ativa na região em questão.

A população migrou e se tornou mão de obra não qualificada em outros espaços: às vezes na capital baiana, às vezes em outros estados brasileiros. Os que ficaram, segundo Pedrão, exerciam atividades de subsistência. Uma população à margem, constituindo uma sociedade em transição. Pedrão (2007) descreve bem os espaços sociais deixados vazios pela elite emigrante (desde o final do século XIX), que foram sendo gradativamente ocupados por aqueles que ficaram. Ironicamente, a BR 101, que ajudaria a integrar o território brasileiro e contribuiria para São Paulo se tornar uma metrópole nacional, também fragmentaria o Recôncavo, reestruturando-o.

Observa-se que não foi intenção do Estado, através da implantação da Petrobras e a construção de rodovias, organizar o desenvolvimento na região. Brito (2008) explica que a Refinaria Landulfo Alves, construída para fabricar os produtos derivados do petróleo, inaugurada em 1950, teve sua localização determinada segundo a teoria clássica da localização industrial visando à proximidade da fonte fornecedora de matéria-prima e ao menor custo de transporte dos produtos para os mercados, por via marítima, utilizando o transporte marítimo na Baía de Todos os Santos. Também coloca que a rede de estradas construídas pela estatal não pretendia reforçar a coesão do espaço regional, tampouco territorial. As intervenções da estatal não atendiam a um projeto de integração nacional, enfim, “não obedecia a outros critérios de integração espacial que não fossem o da própria companhia, ainda que essa infraestrutura pudesse ser [secundariamente] utilizada coletivamente como um equipamento público” (BRITO, 2008, p. 125). A Petrobras “tendia a priorizar mais a eficiência dos rendimentos econômicos da companhia” (BRITO, 2008, p. 109), e, neste objetivo, seus maiores investimentos se concentravam nas ou para as áreas de maior mercado consumidor, em detrimento da promoção de um desenvolvimento econômico mais homogêneo entre as regiões brasileiras.

Somente algumas cidades são agraciadas com as consequências positivas da modernização, o que torna a desigualdade entre os municípios ainda mais extremada e, conseqüentemente, o Recôncavo ainda mais fragmentado.

O crescimento econômico não redistribuído acentuou as disparidades na distribuição territorial de renda, mesmo quando (ou porque) intermediado pelo Estado brasileiro. No Recôncavo, o poder intervencionista do Estado não teve o efeito de promover o desenvolvimento regional, mas tão

somente de estimular o crescimento econômico localizado e segregador. Salvador, a cidade principal da região, concentrava a maior parte da riqueza gerada no Recôncavo. A cidade-polo influenciava

[...] no desenvolvimento urbano de sua região imediata, através de contatos mais diretos com parte da população de todas as cidades [...]. Esse tipo de relação, quando não impedia, dificultava um maior nível de interação espacial entre as cidades do Recôncavo Baiano, dados os tipos de relações funcionais que as uniam – entreposto comercial de mercadorias de base predominantemente agrícola para Salvador e mercadorias industrializadas adquiridas por essa última, para distribuição em sua própria hinterlândia (BRITO, 2008, p. 88).

Para Brito, as ações da Petrobras na região Recôncavo e municípios próximos causaram a diferenciação de duas unidades espaciais distintas, já visíveis a partir da segunda metade da década de 1960: a Região de Produção da Bahia (RPBA) e o Recôncavo “canaveiro/fumageiro”, sendo que da primeira regionalização fazem parte municípios do Recôncavo histórico, onde age a Petrobras, e mais alguns municípios próximos. Santo Antônio de Jesus participa da segunda regionalização e, apesar de não ser um dos agraciados diretamente pelas ações da Petrobras, conseguiu crescer graças a seu papel de entreposto comercial que se manteve, mesmo com o declínio das culturas de exportação. Segundo Brito (2008), Santo Antônio de Jesus apresentou, desde 1970, um crescimento populacional de mais de 10% ao ano, semelhante ao de Salvador e dos municípios que receberam a Petrobras. Entre os fatores que foram importantes para esse fato citam-se, além de sua oferta de serviços e comércio, a instalação da rodovia BR101 que passa por sua zona urbana.

[...] a cidade de Santo Antônio de Jesus é o maior e mais importante núcleo urbano, cuja dinâmica advém da sua localização às margens da rodovia a BR-101, que é interceptada pela rodovia BA-001 – ligação Santo Antônio de Jesus/Bom Despacho, na Ilha de Itaparica –, e da consolidação de uma praça comercial que distribui bens e serviços para a região em seu entorno [...] (BRITO, 2008, p. 193).

Após as rodovias implantou-se o sistema *ferry boat*, que “diminuiu” a distância e o tempo de viagem entre Santo Antônio de Jesus e Salvador. Essas vias propiciam à cidade de Santo Antônio de Jesus sua contribuição à articulação regional do Recôncavo, assim como sua gradativa urbanização, demonstrada na tabela 1.

Santo Antônio de Jesus, desde sua emancipação, mostrara uma evolução demográfica superior aos demais municípios do Recôncavo desde a década de 1940, conforme apontado por Brito (2008). O mesmo fenômeno pode ser observado quando se compara a evolução demográfica de Santo Antônio de Jesus com a do estado da Bahia no período de 1970 a 2000, conforme a tabela 1.

Importante observar a evolução da população urbana de Santo Antônio de Jesus e do Recôncavo a fim de compará-la. Ela pode ser indicativa, em certa medida, da intensidade do processo de urbanização. Merece atenção o fato de que desde a década de 1970 a população urbana do município de Santo Antônio de Jesus já atingia quase 68%, enquanto a população do estado, como um todo, ainda estava em 41 %.

Tabela 1
SANTO ANTÔNIO DE JESUS – COMPARATIVO DA TAXA DE URBANIZAÇÃO 1970/80/91/96 E 2000/10

Ano	Santo Antônio de Jesus (%)	Bahia (%)
1970	67,88	41,18
1980	74,06	49,29
1991	82,16	59,12
1996	83,94	62,41
2000	85,62	67,05
2010	87,15	72,06

Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus (2002). IBGE (2010).

Caso se analise o processo de formação da região do Recôncavo pode-se vê-la sempre, desde o ciclo do açúcar, como uma das regiões de exploração do território nacional, contribuindo para a integração desigual e centralizada deste. Hoje, no período técnico-científico informacional, pode-se dizer que a região torna a servir de objeto de políticas regionais idealizadas pelo Estado. Resta saber se esta ação estatal ainda guarda o caráter fragmentador, responsável, em parte, pela decadência do Recôncavo ao longo de boa parte do século XX. Se assim for, se estará vendo uma nova fase daquela decadência, recomeçada?

Por enquanto, o que se pode afirmar, atualmente, é a existência do desenvolvimento de um esforço de multipolarização da região, em parte induzido pelo Estado, em parte espontâneo, útil para o desafogamento da metrópole mais próxima, Salvador, polo sobrecarregado, que apresenta um setor terciário hipertrofiado. Não esquecendo que Salvador, desde a década de 1970, polariza uma região metropolitana, a qual também é uma das três maiores concentrações urbanas do Nordeste. O surgimento de polos de crescimento, assim como seu reconhecimento, vão ao encontro às reflexões de Andrade, para quem:

[...] o crescimento econômico não se faz de forma difusa por todo o espaço de um país, ou cobrindo as várias partes de uma região, mas se manifesta em certos pontos, a que o ilustre economista chama de pólos de crescimento, com intensidades variáveis, daí se expandindo por diversos canais com efeitos terminais variáveis sobre o conjunto da economia (ANDRADE, 1970, p. 60).

Então, talvez se justifique o surgimento do que se chamará de polos de equilíbrio, fora da região metropolitana, tirando o foco de Salvador. Polos secundários, como Santo Antônio de Jesus, que podem surgir espontaneamente, mas, também, podem ser criados ou ampliados. De qualquer forma, segundo Perroux, um polo tem uma atividade econômica que o funda, que geralmente era – em meados do século XX – uma indústria motriz, capaz de atrair outras atividades econômicas, complementares, que dinamizariam a região. Entretanto a teoria “perrouxiana” foi criada na década de 50 do século XX, quando o Estado se encontrava em uma conjuntura mais favorável a sua ação, o que atualmente não ocorre.

2. A UFRB no Recôncavo

A UFRB vem se estabelecer no Recôncavo e no município de Santo Antônio de Jesus em um momento de expansão do meio técnico-científico-informacional, quando, obviamente, a informação e as tecnologias de informação ganham uma relevância outra, já que no atual período se tornam capazes de, também, serem fatores de estruturação do espaço. É graças aos avanços tecnológicos, inclusive no campo das telecomunicações, que as empresas adotam uma configuração mais descentralizada, pelo

menos no que se refere às plantas industriais. Duas empresas, a cervejaria Schincariol e a Ferbasa, são bons exemplos – fora da região metropolitana de Salvador – de como esse processo também ocorre no Recôncavo. A isso se soma uma malha urbana mais articulada, tudo permitindo uma dispersão maior das estruturas e ações antes concentradas em Salvador. Não parece ser por acaso, portanto, a implantação de uma universidade no Recôncavo. Trata-se de uma região urbanizada, com uma demanda reprimida por curso superior. Uma região cuja área, relativamente pequena, comporta uma densidade considerável de habitantes. São 61,38 hab/km² em 15.000 km² de área, o que dá quase um milhão de habitantes, em termos absolutos, no ano de 2003. Neste mesmo ano o projeto de implantação da UFRB descreve-o como “uma região que resume a Bahia” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO, 2003, p. 14).

A instituição universidade, principalmente em tempos de agora, assume o papel fundamental de produzir conhecimento científico e tecnologia – informação especializada a ser incorporada pelo mercado, crescentemente globalizado –, além de formar uma mão de obra mais qualificada para as novas exigências deste mercado, que, no Recôncavo cada vez mais urbanizado, vai se tornando gradualmente necessária, visto que:

Os espaços não se diferenciam mais sobre a base de seu estoque de capital, mas em função das aptidões produtivas de sua força de trabalho, e de sua aptidão em conceber bens novos e processos técnicos mais avançados (AYDALOT, 1976, *apud* EGLER, 1995, p. 217).

Contudo, essas afirmativas não são suficientes para o esclarecimento das intenções do Estado na implantação da universidade. Há questões relativas aos princípios que nortearam o plano de implantação da universidade que se pode pôr à mostra e, desta forma, apontar contradições nos resultados alcançados até agora.

Chama-se atenção, inicialmente, a um princípio, em específico, colocado entre outros no projeto de implantação, que pode ser bastante elucidativo em relação ao papel da universidade no Recôncavo. Trata-se do compromisso com o desenvolvimento regional. O projeto, que não foi aplicado integralmente, descreve a implantação da universidade como uma forma de estimular o desenvolvimento regional. Isso é explícito, inclusive, na própria concepção da universidade que se vai implantar. Além de

Santo Antônio de Jesus, a UFRB se distribui por mais três municípios do Recôncavo, o que se justifica, uma vez que os planejadores sociais podem:

[...] desde que disponham de condições favoráveis, tanto utilizar um pólo espontâneo ampliando e orientando o crescimento de sua função polarizadora, como também podem, através da implantação de uma infra-estrutura, criar pólos em lugares onde eles não existiam (ANDRADE, 1970, p. 63).

Observando as cidades escolhidas (Figura 1), especificamente Santo Antônio de Jesus, pode-se dizer que a primeira opção foi predominante quanto à escolha dos espaços que receberiam os núcleos da universidade. O Estado pretende reforçar uma configuração multipolar no Recôncavo elegendo cidades que já possuem alguma capacidade de polarização. Santo Antônio de Jesus, como já descrito, conseguiu se manter como uma cidade relativamente próspera ao longo do processo de decadência do Recôncavo, fato que, aparentemente, pesou em sua escolha. Entretanto sua prosperidade não se deveu à atividade industrial, como era previsto no planejamento regional “perrouxiano” – bastante praticado durante o período ditatorial brasileiro (EGLER, 1995), diga-se de passagem. O comércio, uma atividade do setor terciário, foi o que tornou a cidade em questão um dos centros polarizadores da região. Fato que ocorre às outras cidades escolhidas, uma vez que todas comportam o que se pode chamar de atividades motrizes, ou seja, atividades econômicas capazes de criar efeitos polarizadores. Por exemplo, a cidade de Cachoeira, que desenvolve o turismo como atividade econômica motriz, uma possibilidade que Andrade (1970), entre as décadas de 1960 e 70, já admitia como possível, citando exemplos europeus.

Hoje, se vivem outros tempos e a indústria é apenas uma das atividades capazes de criar o efeito polarizador pretendido, portando, inclusive, uma capacidade diminuída – em tempos de mecanização da linha de produção – de gerar novos empregos e atrair outras atividades complementares.

Devem ser observados os motivos que justificaram a configuração multicampi da UFRB – reforçando a multipolarização do Recôncavo, reconhecendo-o como região e, por conseguinte, como instância de planejamento, sem se questionar ainda que tipo de planejamento regional. É assim que se vê apontado, no projeto de criação da universidade, o considerável grau de diferenciação entre os subespaços, qualificados como socioambientais – talvez na pretensão de uma síntese entre as perspectivas

Figura 1
LOCALIZAÇÃO DOS CAMPI DA UFRB



Fonte: <http://www.ufrb.edu.br/portal/>

social e ambiental de análise (MENDONÇA, 2002). Segundo o que está escrito no projeto, as especificidades destes subespaços socioambientais também são indutoras da estruturação multicampi da UFRB, em que cada centro de estudo, “nas diversas áreas de conhecimento”, exploraria as “culturas locais, os aspectos específicos e essenciais da população e do meio ambiente”. O projeto também considera uma complementaridade entre os subespaços citados, que, de algum modo, resultaria na interação entre eles e, portanto, funcionaria como “um forte vetor contra o isolamento dos diferentes campi a serem implantados” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO, 2003, p. 5). Infelizmente, não se vê no projeto como nem por que essa complementaridade poderia ocorrer. Tampouco é explicada qual a possível relação entre essa complementaridade – que não foi caracterizada, mas que é capaz de dar coesão à região Recôncavo – e a integração entre os campi da universidade. De qualquer forma, pode-se dizer que a implantação desta universidade, diante de tais características descritas,

segue a aplicação do planejamento regional, “enquanto instância de ajuste entre políticas públicas e interesses territorializados” (EGLER, 1995, p. 210).

Também se pode observar, no projeto, o objetivo da universidade, enquanto multicampi, que é o de produzir e difundir ciência e cultura, presumivelmente pensadas para a realidade socioambiental de cada subespaço, “além de ocupar lugar estratégico e redefinidor da matriz de desenvolvimento sócio-econômico e cultural da região em foco” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO, 2003, p. 5). Ou seja, pode-se inferir que a UFRB tem o hercúleo papel de “empurrar o Recôncavo” nos “braços” do meio técnico-científico-informacional, constituinte do atual momento de modernização do território. No entanto esse é o projeto e não o que, de fato, se realiza. A UFRB é o resultado de uma ação hegemônica, vinda do Estado, dentro de uma pretensa política compensatória visando a equalizar a desigualdade na oferta de vagas no curso superior. Isso como parte de uma política ainda mais abrangente, o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais). Segundo o Ministério da Educação, esse programa tem como um dos objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e da permanência na educação superior.

O Estado acredita que a presença destas universidades nas cidades mencionadas criará dinâmicas capazes de estimularem o desenvolvimento econômico (e social) nas respectivas hinterlândias. Entretanto não é descrito, no projeto, como isso poderá ocorrer.

Não se pode esquecer que as ações verticais vindas das instâncias políticas federais dificilmente se realizam intactas nos lugares, visto que precisam ser negociadas com os agentes locais. As ações verticais encontram solidariedades locais – horizontalidades – que tanto podem oferecer atrito, obstáculos, ao desenvolvimento dessas ações, como não. De qualquer modo, o projeto nunca se concretiza intacto – o que o tornaria extremamente desorganizador daquelas horizontalidades preexistentes e, presumivelmente, impraticável – mas se realiza modificado, adaptado às conveniências de uma elite local, ou das elites locais, e readaptado às necessidades daqueles que o vivem no cotidiano. No fim, o que se vê, as paisagens resultantes, assim como as dinâmicas que as animam, não traduz uma ordem local, tampouco uma ordem distante, mas sempre uma ordem

possível (SANTOS, 2008), resultado da interação entre ambas. É desta forma que se pode questionar o quanto é estratégico, para o desenvolvimento regional pensado pelo governo federal, o estabelecimento destes campi nas cidades referidas e o quanto é dependente de conveniências políticas locais, que não são tão integradas assim, como se pode presumir.

Como se descreveu, já há longo tempo o Recôncavo tem sido gradativamente fragmentado pelas sucessivas modernizações impostas pelas necessidades exógenas, algumas vezes oriundas diretamente de territórios extranacionais, como o foi no período colonial. A complementaridade presumida pelo projeto do MEC entre os subespaços do Recôncavo possivelmente nunca existiu, visto que a coerência da região sempre foi dada por uma complementaridade, sim, mas não predominantemente endógena. A complementaridade que existiu foi responsável, com certeza, pelo reconhecimento de uma coerência e de uma solidariedade que soldaram os subespaços constituintes do Recôncavo, entretanto ela foi criada graças à elaboração de produtos que seriam úteis a uma lógica mercantil constituída em territórios além-mar, ou seja, uma lógica exógena para uma complementaridade que soldava os interesses de uma elite colonial dependente – de outra elite estrangeira e dominante – e não a sobrevivência de grupos endógenos. Outra solidariedade existiu, outras solidariedades existiram, existem? Talvez, mas se desconhece. As solidariedades locais, para serem apreendidas e pensadas, comportariam reflexões que não cabem neste artigo.

3. A UFRB em Santo Antônio de Jesus

Problematize-se o caso específico de Santo Antônio de Jesus. Pensa-se, também, que a ordem possível tenha se realizado no estabelecimento do campus de Santo Antônio de Jesus. Não se pode saber, hoje, a dimensão da força política das alianças locais utilizada para tanto, mas essa afirmação, ainda assim, não pode ser de todo invalidada. Quanto à razão do Estado para a inclusão do município, não parece de todo impossível de ser inferida. Podem ser enumerados alguns motivos aparentes. Primeiro: Santo Antônio de Jesus tem o porte e a importância de uma cidade intermediária,

pois, mesmo não possuindo um número de habitantes superior a 100 mil (um dos critérios propostos por vários teóricos que tratam deste tema), possui um contexto territorial e uma realidade socioespacial que a torna convergente com os critérios de identificação usado para as cidades médias (SOARES, 2007). Nesse sentido, Santo Antônio de Jesus é e sempre foi uma cidade economicamente dinâmica, como já se apontou neste artigo, apesar dos momentos de decadência da região. Têm-se indícios desse fato, hoje, pelo papel que a cidade desempenha em relação às cidades próximas, oferecendo serviços e produtos.

A UFRB é mais um serviço oferecido por Santo Antônio de Jesus, e isso é claro, mas existe outro aspecto dessa intenção que precisa ser esclarecido. Depois do estabelecimento da instituição em si, questiona-se como a universidade se estabelece e, neste ponto, se abre um “leque” de problematizações que devem ser, senão solucionadas, ao menos discutidas e pensadas. A primeira delas diz respeito aos tipos de cursos que foram abertos no campus da UFRB em Santo Antônio de Jesus e que são fornecidos pelo Centro de Ciências da Saúde, entre os quais não se encontra o de Medicina. São eles: Enfermagem, Nutrição, Psicologia e Bacharelado interdisciplinar em Saúde. Pergunta-se, quanto à abertura dos referidos cursos, se ela foi discutida previamente com a população diretamente interessada e se os mesmos são uma demanda real da região, e, se não – o que não é impossível de acontecer –, por que, então, foram abertos. É conveniente lembrar, também, do projeto original, de 2003, já mencionado ao longo deste artigo, que previa a abertura de um Centro de Ciências Sociais Aplicadas com os cursos de Administração e Contabilidade, mais a previsão de se abrir “em futuro próximo, as áreas de Ciências Exatas e de Direito” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO, 2003, p. 25). Questiona-se o que aconteceu com essa intenção e por que ela não foi concretizada. Afinal, em uma cidade historicamente voltada para o comércio e os serviços, deve-se pensar que tipo de cursos universitários seriam realmente úteis para a população da cidade e da região.

Outra problemática importante, que deve ser considerada, relaciona-se a como a UFRB está se estabelecendo no município, às dinâmicas geradas por sua chegada, dinâmicas que se desenvolvem no espaço intraurbano da cidade e que se refletem em uma reestruturação do município, e, mais

especificamente, do seu núcleo urbano. Harvey (2005) explica como dificilmente alguns imóveis podem ser incorporados diretamente pelo mercado, tornando-se valor de troca – a universidade é o nosso exemplo –, mas cuja existência agrega valor aos terrenos do entorno. Deve-se questionar se, em alguma instância, esse fato foi pensado; se algum adendo, por exemplo, foi feito ao plano diretor da cidade para contemplar as possíveis consequências da instalação do campus. Afinal, o processo de instalação da forma-conteúdo universidade, com seus novos conteúdos e funções (educacional e serviços) e, principalmente, com um novo perfil de moradores (professores universitários, estudantes, funcionários técnico-administrativos etc.) agrega a seus espaços contíguos uma renda de monopólio que tem estimulado a valorização dos terrenos urbanos e das casas já existentes. Em um bairro específico, o Cajueiro, onde está localizado o campus, tem-se registrado considerável especulação imobiliária sobrevalorizando o solo urbano e os imóveis, tanto da parte dos incorporadores ou grandes proprietários de terrenos ou imóveis, quanto da própria população local.

A sobrevalorização, por sua vez, pressiona a realização do novo valor de troca agregado. São construídos, por exemplo, pensionatos visando a abrigar a população migrante, sobretudo estudantes. Vê-se a constituição, em Santo Antônio de Jesus, e mais especificamente no bairro do Cajueiro, de estruturas que atendam as necessidades dos estudantes da universidade, que se utilizam da cidade durante um período determinado e, por conseguinte, necessitam de serviços específicos relacionados a essa temporalidade. *Lan houses* se multiplicam pela cidade, assim como mercadinhos, a fim de atenderem clientes que não consomem muito individualmente, mas que no conjunto constituem uma população relevante de consumidores.

Quanto aos estudantes que moram distantes da universidade a fim de aproveitarem preços de aluguel mais acessíveis, estes têm de se deslocar utilizando moto-táxi, uma vez que, apesar do porte da cidade, a implantação de transporte público coletivo é recente. Todas estas dinâmicas repercutem, novas, no espaço urbano de Santo Antônio de Jesus, contribuindo para a reprodução de um espaço urbano que se diferencia em novos lugares cheios de singularidades, por enquanto, predominantemente valorizadoras.

Observa-se que a especulação imobiliária surgida a partir da instalação da UFRB vem reforçar um movimento especulativo no que se refere

ao preço do solo urbano que já havia. Em diagnóstico realizado pela prefeitura do município, descrito no plano diretor (2002), já se identificavam discontinuidades no uso do solo urbano da cidade, por conta da existência de vazios urbanos, inclusive em áreas próximas ao centro (Figura 2).

Figura 2

IMAGENS DE ÁREAS VAZIAS PRÓXIMAS AO CENTRO DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS



Fonte: Prefeitura Municipal de Santo Antônio de Jesus.

Esses vazios urbanos geralmente são propriedades privadas, cujos proprietários são incorporadoras ou mesmo pessoas físicas, que esperam os poderes públicos dotarem as áreas públicas do entorno imediato de infraestruturas capazes de valorizar suas respectivas propriedades. Em Santo Antônio de Jesus o que há de novo nesse processo de especulação imobiliária é a localização desses novos processos, que agora não se restringem mais ao centro urbano, mas já alcançam áreas próximas à zona rural, que é onde a UFRB foi implantada. O estabelecimento da universidade trouxe consigo consumidores, geralmente com poder aquisitivo relevante, cujo local de origem frequentemente está em outro município, implicando, também, um acréscimo populacional em Santo Antônio de Jesus e nas outras cidades que receberam campus.

Deve-se lembrar que a população inserida, ligada à universidade, não estará restrita somente a ela. A nova população flutuante, estável em termos quantitativos, mas constantemente renovada quanto a quem são os indivíduos, não é, portanto, somente um simples acréscimo na população absoluta do município, mas um acréscimo, sim, com uma faixa de idade predominante e uma renda, elementos que devem ser considerados, visto que trazem implicações. Essa nova população – com seus anseios e desejos – está imergindo na “teia” de relações sociais preexistentes que se desenvolvia na cidade, sem dúvida influenciando-a e a refundando modificada.

Prevê-se, por exemplo, que as populações locais moradoras das áreas hoje em processo de valorização estão migrando para outras áreas da cidade, visto que, geralmente, essas populações, mais pobres, vendem seus terrenos recém-valorizados com o fim de comprar novos em áreas menos valorizadas, se apropriando da renda diferencial gerada. Esse deslocamento de população não merece ser tratado somente como deslocamento em si, pois traz consigo consequências que devem ser pensadas. Consequências nas relações no lugar de onde emigraram e para onde imigraram. Os terrenos não se valorizam somente por conta de uma relação direta entre oferta e procura da coisa, objetiva, bem imóvel sendo oferecido no mercado, mas, também, por conta de um conjunto de outras relações entre objetos e ações, imbuídas de objetividade e subjetividade, tudo constituindo um ambiente no qual sempre se pode observar teor simbólico.

Algo que ficou evidente com a presença dos estudantes no bairro onde a universidade está inserida foi o aumento do preço para locação de imóveis, que varia entre R\$ 300,00 e R\$ 500,00 para as casas com 2 ou 3 quartos na cidade de Santo Antônio de Jesus. Segundo os moradores, esse valor não era praticado antes da universidade, além disso, os proprietários dão prioridade aos estudantes no aluguel das casas. De acordo com dados do último censo demográfico, a renda média mensal da população de Santo Antônio de Jesus é de R\$ 538,60. Enquanto isso, os estudantes do Centro de Ciências da Saúde da UFRB, que vêm de outras cidades e estados, declararam nas entrevistas que chegam a gastar em média cerca de R\$ 500¹ mensais na cidade. Ou seja, os estudantes, proporcionalmente, consomem mais, na cidade, do que muitas famílias. Evidências de uma contradição que terá, inevitavelmente, um rebatimento socioespacial. Ressalta-se que o campus da universidade está situado próximo à zona rural do município, em uma área distante do centro da cidade, se considerarmos seu porte. Atualmente, alguns imóveis, em condições bastante precárias, chegam a custar cerca de R\$ 70.000,00.

Muitos estudantes, quando chegaram à cidade, principalmente das primeiras turmas do período de instalação dos cursos, alugavam as casas sozinhos e assumiam individualmente outros custos relacionados à moradia. Entretanto, com a criação de vínculos entre os estudantes, decorrentes de sua permanência nos cursos, aumento do número de cursos e alunos, muitos deles vindo das mesmas cidades, bem como pelo próprio interesse financeiro, as moradias passaram a ser coletivas (repúblicas).

A fim de caracterizar o momento de inserção da UFRB como um novo momento do processo de urbanização de Santo Antônio de Jesus, também se aproveita para indicar a multiplicação de condomínios fechados, ou enclaves residenciais, no município. A implantação concomitante de ambos – UFRB e enclaves – parece que caracteriza bem a expansão do meio técnico-científico-informacional na região do Recôncavo (como já se apontou). Os enclaves residenciais não chegam “sozinhos”, eles implicam a utilização de um conjunto de objetos relacionados a uma estética da segurança e de uma vida bucólica fetichizada. Dessa forma, estão atrelados a uma psicoesfera que os justifica, “carregada” de falsas ideias. O enclave residencial cria um falso clima de segurança, mas fomenta e reproduz

a insegurança social, posto que renova a cidade fragmentada, deixando explícito quem pode morar nos limites do condomínio e quem não pode, no caso, o pobre estereotipado, com quem os moradores desejam controlar os encontros.

Em trabalho recente, Mota (2009), analisando os loteamentos e condomínios fechados na cidade de Santo Antônio de Jesus (Figura 3), verificou esse processo devido à inserção da UFRB no bairro do Cajueiro:

O bairro do Cajueiro, local onde está instalada a UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia), o Campo do Governo e o SESC (Serviço Social do Comércio), é uma das áreas da cidade mais propícias à expansão urbana através das intervenções do Governo Municipal e das construtoras e imobiliárias. Essas duas últimas já vêm há algum tempo promovendo construções de loteamentos e a instalação de dois condomínios para a classe média e média alta (MOTA, 2009, p. 96).

Figura 3
PROPAGANDA DE UM LOTEAMENTO FECHADO EM FRENTE À UFRB



Fonte: Santana (2009). Trabalho de campo de Elissandro de Santana.

A UFRB fez aumentar a pressão sobre o solo urbano nas suas imediações, visto que a universidade o valorizou. Paralelamente, aumentaram, também, os interessados em transformá-lo em valor de troca. Uma demanda aumentada faz o solo urbano se multiplicar. Casas onde moravam uma ou duas famílias tornam-se repúblicas ou pensões habitadas por vários estudantes, cuja estadia – temporária – faz criar um mercado imobiliário buliçoso e dinâmico. É nesse mesmo contexto que terrenos baldios são loteados e transformados em condomínios fechados. Os proprietários procuram se apropriar da renda de monopólio existente na(s) particularidade(s) e singularidade(s) adquirida(s) pelo bem imóvel próximo à universidade.

4. Conclusão

Entende-se que o atual momento de Santo Antônio de Jesus, onde a UFRB toma parte ativa, é a afirmação renovada de uma atuação estatal sempre fragmentadora, de uma perspectiva territorial. Ainda, por causa do caráter recente dos processos apreendidos, não foi possível observar todas as implicações possíveis. Deste ponto em que se está é permitido fazer diversas problematizações sobre os possíveis desenvolvimentos que a existência da UFRB pode trazer para o espaço intraurbano de Santo Antônio de Jesus e, mesmo, algumas afirmativas, que se descrevem no decorrer do presente artigo. Tanto as afirmativas quanto as problematizações merecem ser aprofundadas a partir de algumas bases que já foram apontadas. A chegada da UFRB, o processo de valorização do solo tal como ele ocorre hoje em Santo Antônio de Jesus, o surgimento de enclaves residenciais que utilizam o discurso ambiental são alguns elementos indicadores de um novo período que “dá” o contexto. Utilizando um conceito do professor Milton Santos, se prefere chamar esse período de técnico-científico-informacional, lembrando que o próprio *status* de Santo Antônio de Jesus na rede de cidades do Recôncavo é decorrente de uma gradativa transferência de serviços e produtos da metrópole para outras cidades de sua hinterlândia (que vai além da região metropolitana), ou seja, serviços como o ensino superior, antes oferecidos quase que somente por Salvador, passam, gradualmente, a ser fornecidos por cidades do porte de Santo

Antônio de Jesus, em um processo que se pode caracterizar como típico do meio técnico-científico-informacional.

Apesar de ser clara a transferência, parcial e seletiva, de papéis da metrópole para cidades intermediárias, é necessário estudar os desdobramentos desse processo no espaço intraurbano destas cidades, que se estruturam de modo específico a depender da região onde elas se encontram. A contribuição deste artigo é discutir como Santo Antônio de Jesus, uma cidade intermediária nordestina e baiana, contida em uma região com grande inércia histórica, tem seu espaço intraurbano reorganizado com a implantação destes novos serviços que emigram de Salvador. Talvez, observando como esses implantes causam fragmentação nos espaços intraurbanos, criando e segregando espaços desiguais, se possa atenuar os efeitos indesejados destes processos para o desenvolvimento de uma urbanidade.

Nota

¹ Esse valor foi obtido após a aplicação de 60 questionários, a partir do qual foi realizado um cálculo do gasto médio dos estudantes.

Referências

ANDRADE, Manuel Correia de. **Espaço, polarização e desenvolvimento**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970.

BRANDÃO, Maria de Azevedo. Os vários Recôncavos e seus riscos. **Revista Recôncavos**, Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB, v. 1, Ano I, p. 53-56, 2007.

BRITO, Cristovão. **A Petrobras e a gestão do território do Recôncavo**. Salvador: EDUFBA 2008.

EGLER, Cláudio Antônio Gonçalves. Questão regional e gestão do território no Brasil. In: CASTRO, Iná Elías; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Dados do Censo 2010**. Disponível em: < http://www.censo2010.ibge.gov.br/dados_divulgados/ >. Acesso em 20 de junho de 2012.

MENDONÇA, Francisco. Geografia socioambiental. In: MENDONÇA, F; KOZEL, S. (Org.). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Editora da UFPR, 2002. p. 121-144.

MOTA, Antônio Andrade. **A inserção dos condomínios fechados no espaço urbano de Santo Antônio de Jesus**: apropriação da natureza, produção do espaço e legislação (Dissertação de Mestrado). Salvador, 2009.

PEDRÃO, Fernando. Novos e velhos elementos da formação social do recôncavo da Bahia de Todos os Santos. **Revista Recôncavos**, Centro de Artes, Humanidades e Letras, UFRB, v. 1, Ano I, p. 8-22, 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DE JESUS. **Plano Diretor Municipal (P. D. M.) de Santo Antônio de Jesus**. Projeto de Lei nº 016 de 11 de dezembro de 2002. Câmara Municipal de Santo Antônio de Jesus: 2002.

SANTOS, Milton. **A rede urbana do Recôncavo**. Salvador: Laboratório de Geomorfologia e Estudos Regionais - Universidade Federal da Bahia, Imprensa Oficial, 1959.

_____. A rede urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo (Org.). **Recôncavo da Bahia**: sociedade e economia em transição. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998. p. 59-100.

_____. **A natureza do espaço**: razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SOARES, B. R. Pequenas e médias cidades: um estudo sobre as relações socioespaciais nas áreas de cerrado em Minas Gerais. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. (coleção Geografia em Movimento). São Paulo: Expressão Popular, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA. **Subsídios para criação e implantação a partir do desmembramento da Escola de Agronomia da Universidade Federal da Bahia**, 2003. Disponível em <<http://www.ufrb.edu.br/portal/documentos>>. Acesso em 15 de setembro de 2010.

Recebido em: 18/06/2012

Aceito em: 20/09/2012

